



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

DESPROTEÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DE EXTERMÍNIO DAS VIDAS LGBTI+ NO CONTEXTO BRASILEIRO

BRUNA ANDRADE IRINEU ¹

Resumo: Este trabalho trata das marcas da violência de Estado no Brasil, a partir dos aspectos que envolvem as vidas LGBTI+. O recrudescimento das políticas de extermínio, imbricadas com o ideário neoliberal, tem produzido desempregados, refugiados, corpos descartáveis e expostos à morte. Como em todo processo de dominação há disputas e resistências, as insurgências LGBTI+ têm vociferado ações de desarquivamento de suas histórias coletivas. Retornar as ruas e voltar a presencialidade de nossas redes de afeto tornou-se um horizonte fortalecedor de nossas esperanças em tempos de luto e de lucro acima das vidas.

Palavras-chave: LGBTI+; político de extermínio; desproteção social; covid-19;

Abstract: This paper deals with the marks of State violence in Brazil, from the aspects that involve LGBTI+ lives. The resurgence of extermination policies, intertwined with neoliberal ideology, has produced unemployed, refugees, disposable bodies and exposed to death. As in every process of domination there are disputes and resistances, LGBTI+

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Mato Grosso

insurgencies have vociferated actions to unarchive their collective histories. Returning to the streets and returning to the presence of our networks of affection has become a strengthening horizon of our hopes in times of mourning and profit above lives.

Keywords: LGBTI+; extermination policy; social lack of protection; Covid-19;

INTRODUÇÃO

Ao tratar de marcas da violência de Estado no Brasil, a partir dos aspectos que envolvem as vidas LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos), é preciso situar o debate de gênero e sexualidade, e na medida em que partilho de uma perspectiva interseccional, conectar estes a raça e classe social.

Entendo que há limites no conceito de gênero (IRINEU, 2019) e o fato dele estar em “disputa”, se torna pertinente trazer a baila o argumento de Matos (2008) de que se faz necessário postular gênero a partir da compreensão de um campo legítimo e legitimado nas ciências humanas e sociais, inclusive no sul global. A autora, utilizando-se das contribuições de Joan Scott sobre a “relação lógica paradoxal” entre diferença e igualdade, identidade individual e coletiva, propõe que esse conjunto de paradoxos seja o “núcleo duro” do campo de gênero e feminista.

No bojo das reflexões sobre gênero, é importante pensarmos também o conceito de “sexualidade”, tendo em vista que nas sociedades ocidentais modernas têm sido característica a vinculação de gênero e sexualidade como se fossem a mesma coisa. Fato que, para autoras como Butler (2003), reforça as hierarquias sexuais e de gênero a partir de uma linha de inteligibilidade sexo-gênero-desejo. Nesta forma de pensar, espera-se socialmente que um sujeito nomeado ao nascer como masculino a partir de uma determinada genitália (no caso o pênis) cresça reproduzindo os valores, símbolos e interações de “homens”, e que em sua vida juvenil/adulta se envolva afetivo-sexualmente com o sexo oposto (no caso, “mulheres”). Esta leitura sobre o “imperativo heterossexual” se articula ao conceito de heteronormatividade. Este conceito tem se popularizado no Brasil desde meados dos anos 2000, não apenas na academia, mas também nos movimentos sociais feministas e LGBTI+. A heteronormatividade atinge não apenas LGBTI+, mas também pessoas heterossexuais. É importante ressaltar que a heteronormatividade também

se reproduz em processos de assimilação, higienização² e busca pela normalização protagonizada por gays e lésbicas, que podemos nominar de homonormatividade. Assim, cabe retomar a discussão sobre sexualidade e articulá-la ao debate de gênero, abrindo espaço para a reflexão sobre a LGBTIfobia e o heterossexismo identificados por vários autores em sociedades tanto do norte global quanto do sul global.

O sexismo envolve a supervalorização do masculino em detrimento ao feminino, reforçando lugares na sociedade para homens (vida pública) e mulheres (mundo doméstico), a divisão sexual do trabalho e o controle dos corpos e da autonomia das mulheres – que denominamos sexismo. O debate foi ampliado quando da utilização do termo cissexismo, no sentido de compreender as formulações do movimento transexual e de travestis sobre a cisgeneridade (VERGUEIRO, 2014) (identificação com o gênero ao qual se foi designada ao nascer), tendo em vista que a transgeneridade (não identificação com o gênero ao qual se foi designada ao nascer) encontra-se em uma posição socialmente inferiorizada em relação à cisgeneridade – o que reflete em discursos de não reconhecimento de transexuais enquanto mulheres ou enquanto homens (JESUS, 2014).

GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE NO PROJETO DE NAÇÃO DO BRASIL

Distintos pensadores sociais enfatizaram a servilidade do Brasil nas dinâmicas de fornecimentos de mercadorias ao comércio europeu – movimento que organizou tanto a sociedade quanto a economia nacional. Ianni (2004), por exemplo, identificou a contínua associação de capitais estrangeiros e nacionais, o monopólio do aparelho estatal pelo capital financeiro, a economia primária exportadora e a industrialização substitutiva de exportações como desdobramentos desse processo. Do declínio do regime escravocrata à abolição, e da emergência do trabalho às lutas por melhores condições de trabalho que sucederam esse período, constituiu-se a “questão social” na sociedade nacional (IANNI, 2004). Souza (2003) afirma que os “interesses organicamente articulados à escravidão” (p.103) foram determinantes na promoção da unidade no território brasileiro, como também definiram o modo de vida do homem livre. Souza (2006), também destaca o trabalho escravo, atrelado à agricultura da monocultura, à família patriarcal, como base social da empreitada colonial.

2 Aqui refiro-me às estratégias de foro privado da doutrina do higienismo, que surgiu no século XIX na esfera pública com um discurso de controle da saúde. Como exemplo cito a patologização de práticas sexuais como a prostituição, que passa a ser vigiada do ponto de vista epidemiológico.

O pacto colonial sobreviveu por cerca de 400 anos, quando se iniciam os processos que culminarão em sua ruptura e na formação de um novo Estado-Nação. De tal forma, o projeto de nação no Brasil vai sendo desenhado ao final do século XIX, assim como, de uma forma geral, na América Latina os processos de independência e início da república ocorrerão entre meados e fim desse mesmo século. Contudo, esses Estados se assemelharam fortemente ao nacionalismo da era liberal no ocidente (HOBSBAWM, 2011).

No Brasil, a recém-proclamada República necessitando provar que era uma forma de governo que garantiria a ordem, o progresso e a estabilidade. Nas concepções de Ortiz (1992) e Ianni (2004), a transição da monarquia (baseada no modelo escravista) para república (alçada no trabalho livre) é considerada em termos políticos, intelectuais e econômicos. Além disso, pode-se dizer que para além dessas interpretações atreladas às análises das leis, intenções de regulamentações e proibições, se formulou, sem planejamento, uma política demográfica estatal. (IRINEU, 2019).

A ideia de nação que se consolidou neste momento histórico definia-se pelo autoritarismo, reunindo concepções do modernismo – e do progresso – a um forte conservadorismo político. O culto ao progresso pela elite do século XIX demonstra a avaliação negativa que esta fazia do povo brasileiro e a esperança no futuro guiada pela vontade de se assemelhar à Europa. O desejo que se construiu de nação se ancorava em um “desejo de modernidade”, todavia atrelado a um princípio de reforma da ordem social. Essa “avaliação negativa” do próprio brasileiro também foi explicada por Ortiz (1992, p.16) em análise literária na qual afirma que a história do Brasil foi “apreendida em termos deterministas” como “clima e raça” para ilustrar a suposta indolência brasileira.

Raça, gênero e sexualidade se conectavam nos medos da elite e se associavam nas analogias de inferioridade, nas quais mulheres, negros e os – até então nomeados - homossexuais eram vistos como “ameaças” à ordem, daí começarem a ser associados à anormalidade, ao desvio e até mesmo à doença mental. (IRINEU, 2019). Esse temor da preponderância das raças consideradas inferiores (negros e indígenas) vai esboçar uma política de miscigenação que acabará sendo o maior suporte do mito da democracia racial. Nesta linha político-interpretativa, em que a relação sexual entre brancos e negras ou indígenas indicaria nossa “tolerância racial”, o que na reflexão de Carneiro (2011, p.66) “omite o estupro colonial praticado pelo colonizador sobre as mulheres negras e indígenas”, a miscigenação tornou-se um “instrumento eficaz de embranquecimento”, hierarquizando no topo o “branco da terra” e na base o “negro retinto”, beneficiando simbolicamente os intermediários na sua proximidade com o “ideal humano, o branco” (CARNEIRO, 2011,

p.67).

A assimilação ou não ao ideário de nação serviu para justificar, no plano da cidadania, o monopólio das elites, a exclusão do povo negro, todas as mulheres, crianças, pobres, loucos e mendigos. Portanto, diante disso, as conexões que raça, gênero e sexualidade tiveram no contorno do projeto de nação do Brasil. Assim, o desejo de nação brasileiro foi-se construindo pressupondo uma correlação entre o poder estatal e as elites. Há assim, um prenúncio do quanto esse projeto impactará no desenho de Estado, e, conseqüentemente, nos processos de cidadania e nas políticas sociais do Brasil, demonstrando elementos iniciais do que chamamos nesse texto de violência estatal para manutenção das hierarquias de gênero, raça, sexualidade e classe social.

NEOLIBERALISMO E A CONSERVAÇÃO DAS HIERARQUIAS SEXUAIS, RACIAIS, DE GÊNERO E CLASSE SOCIAL

Ao resgatar elementos do desejo de branquitude e de masculinidade virial contido no projeto de nação brasileiro, é notório o quanto esse projeto em partes não se concretizou como o quanto os valores morais estão preservados nas mentes das elites do país em tempos atuais. Ao alinhar-se a posições nada críticas ao processo colonial violento que constituiu a formação do Estado brasileiro, a elite nacional deixa nítido o caminho que trilhará para domínio das classes subalternas no país. (IRINEU, 2019). Contudo, não sem resistência popular distintos movimentos e lutas vão se constituindo na história do país, a partir delas direitos trabalhistas, políticos e sociais vão sendo negociados. Entre alguns poucos avanços, a reação da classe dominante também vai sendo medida por atos muitas vezes antidemocráticos, como a instauração da ditadura militar em 1964 a partir de um golpe militar, ou em 2016, a partir de um golpe jurídico-parlamentar. Nenhum desses fatores escapam aquele desejo colonial e guardam nuances específicas de gênero, raça, sexualidade e classe social.

Como em um artigo não se pode abordar todos os elementos históricos que formulam o problema de estudo que nos dedicamos, é preciso escolher o enfoque que será dado neste extrato. E, mesmo com um salto largo temporal da colônia a república ao período pós-redemocratização, não se deve desconsiderar que a conciliação de classes marca a política brasileira e que a dependência marca o capitalismo latino-americano reservando inúmeras particularidades ao país que também se articulam a gênero, raça e sexualidade.

Já apontamos em outros textos (IRINEU, 2019) que a corrosão do Estado-Nação é resultante do neoliberalismo, em seus aspectos econômicos e do avanço de seu ideário de cultivo do “self” e de hiperindividualização que conflitam com a ideia de comunidade imaginada a partir de valores liberais dentre eles a concepção de democracia. Brown (2019) tem ofertado aporte fundamental para entendermos que nos últimos 40 anos o encontro entre neoliberais e neoconservadores tem constituído o surgimento de grupos políticos de ultradireita com potencial robusto de destruição e desmoralização das instituições que asseveram a democracia.

No Brasil, essa amalgama tem reunido saudosos de um projeto de Brasil moderno no campo da moralidade e arautos do mercado como regulador da economia. A partir do esgarçamento das políticas conciliatórias do período dos governos PT, em uma fusão com o ódio a democracia e dos avanços de algumas reivindicações de movimentos feministas, negros e LGBTI+, se fortalece um discurso anticorrupção que sempre é acionado na história brasileira. O bolsonarismo e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 são exemplos desse movimento que preserva a política neoliberal e vocifera uma moral conservadora em defesa da família e da propriedade ao mesmo tempo em que promove uma política anti-direitos humanos com financiamento federal.

Como aponta Connell (2014, p.12) “o pensamento neoliberal não tem lugar para o gênero, além de garantias vagas de que a igualdade de oportunidade no mercado irá resolver todos os problemas relativos à questão”. E acrescenta que,

Em boa parte do mundo, a mudança chave trazida pelo neoliberalismo foi uma alteração na estratégia desenvolvimentista, de uma industrialização substitutiva da importação para um crescimento liderado por exportações e baseado em vantagens competitivas. A estatística chave para o neoliberalismo não é o tamanho do setor público em relação ao setor privado na economia nacional, mas o crescimento agregado do comércio mundial (CONNELL, 2010 apud CONNELL, 2012, p.14).

Deste modo, não se deve entender o neoliberalismo somente pelo campo da economia política, porque este se relaciona fundamentalmente com mudanças nas relações sociais e na vida organizacional (CONNELL, 2012).

Neste sentido, defendo que a experiência LGBTI+ tem uma forte capacidade de nos ensinar que não há liberdade no capitalismo. Destaco que Moraga (1981 apud MORAGA, CASTILLO e ALARCÓN, 2001), aponta que sua lesbianidade foi o que mais lhe ensinou sobre o silêncio e a opressão, por se constituir um agravo real do quanto não somos seres livres. Compartilhando dessa mesma experiência, sustento neste texto, a noção de

LGBTIfobia de Estado, que se conforma a partir da invisibilidade, do apagamento, da desproteção social e da violência letal como estratégias para manutenção das hierarquias de gênero, raça e sexualidade, calcada no racismo estrutural (CARNEIRO, 2011), na heterossexualidade obrigatória (RICH, 1980) e na cisnormatividade (VERGUEIRO, 2014).

O argumento de que há um conjunto de normas, símbolos, instituições e leis que nos obriga a entender a heterossexualidade como única forma sadia, aceitável e legítima de se vivenciar as relações sociais é de Rich, escritora estadunidense, feminista e lésbica em “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica” (1980). No curso dos estudos de gênero e sexualidade, as ideias de Rich se somam as de Wittig (2010), que também reverbera que a invisibilidade lésbica é ponto nevrálgico para manutenção da heterossexualidade. Wittig (2010) sustenta que “as lésbicas não são mulheres”, a afirmação causou controvérsia nos redutos feministas da época, especialmente porque a teórica acirrou as críticas ao feminismo considerando que suas teorias teriam dividido o mundo de maneira antagônica e reducionista entre homens e mulheres, observando a dominação masculina sobre as mulheres.

Essa dominação estaria assentada na divisão sexual do trabalho, na educação de meninas e meninos para reprodução dessa divisão, na disseminação de valores e ideias as quais mulheres só encontrariam felicidade e realização casando-se com um homem e através da maternidade. A não identificação deste cenário com a realidade de opressão imposta às lesbianas, guardando profundas distinções já que tornar-se lésbica envolveria uma recusa dessas expectativas sociais que determinariam o tornar-se mulher, levou Wittig (2010) a afirmar que as lésbicas não são mulheres. Tanto Wittig (2010) quanto Rich estavam engajadas em questionar a naturalização e obrigatoriedade da maternidade e da heterossexualidade, e, por consequência, a lesbianidade é alçada ao estatuto de prática revolucionária. A polêmica gerada pelo argumento destas teóricas, foi determinante para que, posteriormente, pudéssemos imaginar uma multiplicidade de gênero e sexualidade, cujo debate conceitual vem sendo amplamente refletido nos estudos *queer*.

Entendendo a periculosidade da política lesbiana e sua capacidade de confrontar a obrigatoriedade da heterossexualidade e outros valores centrais para manutenção do sistema patriarcal no bojo da ordem societária capitalista, é possível observar como determinados corpos e vidas – na medida em que provocam fissuras, alargamentos nas normas sociais - vão se tornando alvo de táticas sofisticadas de apagamento e de processos de invisibilização, que conformam uma nítida estratégia de aniquilação, seja pela desproteção social - na ausência de direitos (educação, saúde, pleno emprego, previdência,

etc.) - ou pela violência letal, através de assassinatos com motivação lesbofóbica ou de vidas suicidadas. Em todos os casos a gestão da vida, o controle dos corpos, estão sob domínio e jugo do Estado, por via de seus aparatos de regulação social.

APAGAMENTO, INVISIBILIDADE E DESPROTEÇÃO SOCIAL

A hegemonia do pensamento judaico-cristão e o advento do capitalismo nos marcos do colonialismo impingiram valores morais ancorados em um modelo de família heterocentrada (CURIEL, 2011). Gimeno (2005) levanta uma interessante polêmica em defesa do lesbianismo, pois, para ela a heterossexualidade não é natural, é um regime de regulação da sexualidade, dos corpos e dos gêneros. Portanto, um instrumento biopolítico de dominação das mulheres e dos dissidentes de gênero pelos homens. Gimeno (2005) também pergunta “quem foram as lésbicas?” e essa pergunta é fulcral para entender a invisibilidade lésbica e deve ser estendida para pensarmos “quem são as pessoas LGBTI+?”, essas pessoas estão na mídia, nos espaços formais de trabalho, bancos de escola, espaços decisórios e lugares de poder?

Para aprofundar esta discussão toma-se de empréstimo, aqui, a noção de “zona do não-ser” difundida na obra *Pele negra, máscaras brancas* de Fanon, como uma zona infecunda e árida. Fanon (2008) alerta para forma como o olhar Ocidental e branco definiu o negro em uma inexistência, não o reconhecendo como humano. Pelo lugar de abjeção, repulsa e desprezo relegado às lesbianidades, diálogo com o Fanon (2008) afirmando que as lésbicas também foram fixadas em uma “zona do não-ser”, e, desta forma, a pergunta sobre quem são e quem foram as/os/es LGBTI+, nos dá a noção do apagamento que marca as vidas que ousaram romper com as hierarquias sexuais, raciais, de gênero e de classe social.

A desumanização que interpela as vivências LGBTI+ impõe-lhes um estado de ódio de si mesmas, como definiu Moraga (1981 apud MORAGA, CASTILLO e ALARCÓN, 2001), ao afirmar que mesmo sendo uma militante lésbica feminista, passou muitos anos ignorando sua própria homofobia. A zona do não-ser, esse lugar de desprezo, tem largos efeitos sob a subjetividade dos grupos minoritários.

Os apagamentos relacionados às trajetórias LGBTI+, envolvem um debate teórico-político, o qual o estudioso *queer* Bourcier (2021) tem se dedicado. O referido pesquisador afirma que o arquivo e a memória oficial estão imbuídos da dominação e hierarquização

racial, sexual, de gênero e classe social. E, quando se trata de grupos minoritários, há uma exclusão dos arquivos e cultura oficiais, assim como uma má representação e maltrato dessas imagens históricas. O que traria uma urgente tarefa aos movimentos sociais: revisitar e reconstruir nossos “arquivos vivos”, nos termos de Bourcier (2021).

A invisibilidade social obteve uma forte preocupação nas agendas reivindicatórias dos movimentos LGBTI+ entre as décadas de 1970 e 1980. Contudo, os movimentos de travestis, de pessoas transexuais e de lésbicas no Brasil e no mundo, tiveram que constituir uma centralidade no debate da visibilidade, muito em função da reprodução do sexismo, da misoginia e do androcentrismo nas práticas políticas de parte das primeiras gerações de grupos e coletivos gays. Como salienta Bourcier (2021), o apagamento, os silêncios, assim como as lacunas históricas distinguem o arquivo das minorias e dos subalternos.

A política de extermínio de grupos socialmente marginalizados executado pelo Estado, detém sofisticadas formas de operar, que vão do apagamento e lacunas históricas já destacados à ausência de políticas públicas, que tenham compromisso de dirimir as desigualdades sociais e econômicas, decorrentes do racismo, sexismo, capacitismo e LGBTIfobia. O não reconhecimento da cidadania, a não possibilidade de participação da vida política com condições de igualdade e a não adoção de um princípio de redistribuição socioeconômica solavancam políticas governamentais com caráter de cerceamento das liberdades democráticas e aprofundam hierarquias sociais, terreno fértil para reprodução do binarismo de gênero, para agudização da divisão sexual e racial do trabalho e para o fortalecimento da heteronormatividade.

Butler (2009) ao falar sobre a precariedade da vida na obra *Vidas precárias*, traz uma importante chave analítica, de maneira que pode-se afirmar que em relação à população LGBTI+, há que se considerar que a precariedade dessas vidas se agudizam com o não reconhecimento da diferença e de seus distintos arranjos familiares pelo Estado e pelo estabelecimento de uma moralidade sexual, que reduz as experiências de gênero e sexualidade a um regime de verdade ou uma norma compulsória para orientação sexual e identidade de gênero.

Isso ajuda a explicar o fato dos movimentos gays e lésbicos terem perquirido o reconhecimento da homoconjugalidade, devido a um desejo de reconhecimento do Estado que metaforiza, em partes, uma vontade de assimilação das normas sociais, como a própria Butler (2008) ponderou. Sob este contraponto, ela afirma que o casamento, pela sua própria história, só se torna uma “escolha” quando é estendido como norma, “uma opção que prolonga as relações de propriedade e torna as formas sociais da sexualidade mais

conservadoras”, em suas palavras. No entanto, mesmo que o reconhecimento da homoconjugalidade signifique avanço de direitos das pessoas LGBTI+, é a violência nos espaços públicos, familiares, institucionais e a não inserção no mercado de trabalho formal, que vão determinar a desproteção social LGBTI+. Em ambos os casos, é a ausência de um Estado regulador da cidadania e protetor dos direitos humanos – uma ilusão no capitalismo – quem vai decidir pela vida e pela morte de sua população.

Ainda que no Brasil, as pessoas LGBTI+ não convivam com a pena de morte, como em muitos países do mundo – no caso 38% do mundo, segundo dados da *ILGA World* – os indicadores de violência letal são suficientes para afirmarmos que viver aqui é um risco perene. Conforme a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), uma pessoa trans tem como expectativa de vida 35 anos, quase metade da expectativa de vida nacional. O dossiê do Lesbocídio no Brasil (2014-2017), coordenado por Milena Peres, Suane Soares e Maria Clara Dias, apontou o crescimento do número de mortes de lésbicas em 237% entre os anos de 2014 e 2017, registrando 54 casos de lesbocídios no país. O dossiê traz elementos de como o Estado brasileiro tem negligenciado as mortes lésbicas, ao não constituir nenhuma medida de segurança para essa população, mas especialmente por não registrar estes dados como lesbocídios³.

Os registros de assassinatos LGBTI+ vêm sendo elaborados pelos movimentos sociais desde a década de 1980, quando o Grupo Gay da Bahia iniciou a publicação de seus relatórios. Por alguns anos o Disque 100, vinculado à área de Direitos Humanos no Executivo federal registrou e compilou em relatórios as denúncias de violência contra pessoas LGBTI+, mas desde 2018 esses registros não são divulgados. A responsabilidade do Estado por essas mortes se explicita pela sua negligência nos registros de dados da violência, na sua ineficiência na criação de políticas de combate a LGBTIfobia, na não regulação dos meios de comunicação – quando permite concessão a emissoras de televisão que propagam ódio e desinformação em sua programação – e fundamentalmente pela não solução de inúmeros assassinatos, que seguem sem resolução e impunes.

No atual contexto brasileiro de recrudescimento do conservadorismo, que se explicita nas estratégias da gestão Jair Bolsonaro, temos visto largos retrocessos no investimento para políticas públicas destinadas a população LGBTI+, como indica a plataforma Gênero e Número em recente publicação ao demonstrar que o Ministério da Família, Mulheres e

3 Lesbocídio é o termo proposto para definir a morte de lésbicas por motivo de ódio, repulsa e discriminação contra lésbica, ou seja, por Lesbofobia. O lesbocídio se diferencia do feminicídios na medida em que possui recorrências menores em âmbito doméstico e familiar se comparado aos dados que indicam majoritariamente crimes de ódio motivados por preconceito, assassinatos e suicídios decorrentes da experiência de discriminação. (PERES, SOARES e DIAS, 2018).

Direitos Humanos não gastou os recursos destinados as ações planejadas para população LGBTI+. Ou mesmo em decisões autoritárias recentes da área de Cultura em não contemplar em seus editais projetos que abarquem temas LGBTI+. (IRINEU, 2021).

Desde o primeiro mês de seu mandato, o atual presidente exclui áreas do governo que se dedicavam por décadas a educação para diversidade, conselhos de direitos LGBTI+, esvaziou politicamente setores com larga experiência no enfrentamento aos processos de vulnerabilização de gênero e sexualidade. É possível observar a inexistência de decisões no Legislativo, a preponderância de ações no Executivo na primeira década do novo século, bem como a influência dessas políticas nas decisões que passam a se ampliar no Judiciário brasileiro com maior pungência na segunda década.

O recrudescimento das políticas de extermínio, especialmente imbricadas com o ideário Neoliberalismo, face atual e devastadora do capitalismo, tem produzido desempregados, refugiados, corpos descartáveis e expostos à morte. Vidas matáveis, como as vidas LGBTI+, atingidas por hierarquias, classificações e discriminações muitas vezes fundamentadas pela moral religiosa, por discursos biológicos e médicos.

CONCLUSÃO

Como em todo processo de dominação há disputas e resistências, as insurgências LGBTI+ têm vociferado ações de desarquivamento de suas histórias coletivas. É notório, o surgimento de diversas ações de reivindicação da memória LGBTI+ como alternativa para fissurar a história oficial. Existem muitos desafios a serem enfrentados na agenda de visibilidade LGBTI+, como ocupação crítica das mídias e política partidária. Mesmo que haja um recente avanço na representação das LGBTI+ - especialmente trans, travesti e intersexo - nos meios de comunicação, ela foi por tempos e ainda é construída a partir de estereótipos ou por personagens higienizadas, que pouco se assemelham ao cotidiano lésbico em sua pluralidade de experiências e vivências. E quanto a representação político-partidária, os ataques e ameaças a vida de deputadas e vereadoras lésbicas, trans e bissexuais, principalmente negras, demonstram os desafios da paridade na política, e que também devem encontrar respostas nas agendas dos partidos, que se colocam comprometidos com a democracia, garantindo que elas concluam com vida seus mandatos, e que casos emblemáticos como o de Marielle Franco, sejam de fato solucionados e não se repitam. (IRINEU, 2021).

As ruas guardam uma ambivalência para as pessoas LGBTI+, embora seja lugar de

violência e violação de direitos, é também lugar de luta e resistência. A pandemia de covid-19 ao nos tirar das ruas em seu sentido de coletividade, ampliou muitas de nossas feridas em confinamentos familiares violentos ou em condições de risco em trabalhos precários de maior exposição ao vírus e a fome devido ao agravamento da crise econômica. Retornar as ruas em coletividade e voltar a presencialidade de nossas redes de afeto tornou-se um horizonte de desejo que fortalece nossas esperanças em tempos de luto, por tantas perdas, mortes que poderiam ter sido evitáveis, senão tivéssemos em curso um projeto negacionista e de lucro acima das vidas. Que nossos reencontros presenciais cantem a derrota do fascismo nas urnas e nas ruas!

REFERÊNCIAS

BOURCIER, Sam. Les politique de l'archive vive. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 03, n. 12, p. 7-21, out./dez., 2020. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/12093>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Politeia, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Vida Precaria: el poder del duelo y la violencia**. Buenos Aires: Paidós, 2009.

_____. "O parentesco é sempre tido como heterossexual?". **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 219-270, 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332003000200010&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 mai. 2008.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CONNELL, Raewyn. "Questões de gênero e justiça social". **Século XXI - Revista de Ciências Sociais**, Santa Maria, v. 4, n. 2, p. 11-48, jan./jun., 2014.

_____. "O Império e a criação de uma Ciência Social". **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 2, n. 2, p.309-336, jul./dez., 2012.

CURIEL, Ochy. El régimen heterossexual y la nación. Aportes del lesbianismo feminista a la antropología". In: BIDASECA, Karina; LABA, Vanessa V. (org). **Feminismos y pós-colonialidade: descolonizando el feminismo desde y em América Latina**. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.univalle.edu.co/bitstream/10893/3501/1/art2.pdf>>. Acesso em: 30 dez 2011.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.

GIMENO, Beatriz. **Historia y análisis político del lesbianismo**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IRINEU, Bruna A. Lesbofobia de Estado e Política de Extermínio. **Revista Cult**, edição 276, pp. 34-39, dezembro 2021.

IRINEU, Bruna A.; OLIVEIRA, Brendhon A. Proteção Social e população LGBTI na América Latina. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v.8, n.39, p. 32-44, 2021.

IRINEU, Bruna A. **Nas tramas das políticas públicas LGBT**: um estudo crítico da experiência brasileira (2003-2015). Cuiabá: EdUFMT, 2019.

JESUS, Jaqueline G. de. **Transfeminismo**: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2014.

MATOS, Marlise. "Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências". **Revista de Estudos Feministas** [online]. Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, 2008.

MORAGA, C., CASTILLO, A., & ALARCÓN, N. La güera. **Debate Feminista**, 24, octubre 1, 2001.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PERES, Milena; SOARES, Suane; DIAS, Maria Clara. **Lesbocídio no Brasil (2014-2017)**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018. Disponível em <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/Dossiê-sobre-lesboc%C3%ADdio-no-Brasil.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2022.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, Natal, v. 4, n. 5, p.17-44, 2010.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma Sociologia Política da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG. 2003.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterossexual y otros ensaios**. Madrid: EGALES, 2010.

VERGUEIRO, Viviane. Por traições contra o Cistema. **IBahia**, 2014. Disponível em: <<http://blogs.ibahia.com/a/blogs/sexualidade/2014/03/17/por-traicoes-contra-o-cistema>>. Acesso em 30 jul. 2022.

